



SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO, RAÇA E CLASSE: DO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Social service, gender, race and class: from ethical-political commitment to scientific production

Rayane Noronha Oliveira*

 <https://orcid.org/0000-0002-1987-7959>

RESUMO

O artigo objetiva apresentar o mapeamento das principais tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções científicas do Serviço Social sobre as relações sociais generificadas e racializadas da sociedade capitalista. A pesquisa fundamentou-se no método materialista histórico-dialético, alinhado à Teoria da Reprodução Social, e organizou-se metodologicamente por meio de uma pesquisa bibliográfica-exploratória, de caráter quali-quantitativo, que analisou cinquenta (50) artigos publicados na Revista Temporalis, entre os anos de 2010 e 2021. Localizamos expressivo esforço teórico desempenhado pela categoria das/os assistentes sociais em adensar os estudos sobre gênero, “raça”, etnia e sexualidade, a partir da perspectiva crítica, entretanto, é notório o recurso a diferentes autores/as fundamentados/as em matrizes teóricas diversificadas, incorrendo em um descuido epistemológico que necessita de reflexão e autocrítica da profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Gênero; “Raça” e Etnia; Sexualidade; Teoria da Reprodução Social.

ABSTRACT

The article aims to map out the main theoretical & methodological trends used in scientific production of Social Work that speak to the gendered and racialized social relations of capitalist society. The research was based on the dialectical and historical materialist method, aligned with the Social Reproduction Theory, and was methodologically organized through bibliographical & exploratory research — of qualitative & quantitative nature — which analyzed fifty (50) articles published in Temporalis Magazine between the years of 2010 and 2021. We found significant theoretical effort produced by social work professionals in deepening gender, “race”, ethnicity and sexuality studies, from a critical perspective. However, the use of different

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Docente Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). E-mail: rayane.noronha.oli@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p120-136



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

120

authors grounded in diverse theoretical frameworks, incurring in an epistemological carelessness that requires reflection and self-criticism within the profession.

KEY WORDS

Social service; Gender; “Race” and Ethnicity; Sexuality; Social Reproduction Theory.

Introdução

A travessado pela filiação teórica-metodológica marxista, o Serviço Social atinge a sua maioria intelectual e o reconhecimento como área de conhecimento, na década de 1980. A sua conformação, que integra profissão e área de conhecimento (Mota, 2013), está articulada à expansão dos Cursos de Pós-Graduação, que, por sua vez, impactou na realização de pesquisas e na produção científica, contribuindo para a produção de conhecimento no campo de estudos críticos e de esquerda. A partir da “virada” da profissão, localizamos expressivo adensamento teórico-crítico sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, as políticas sociais, o fundo público, a precarização do trabalho, a financeirização do capital, dentre outras temáticas relacionadas à complexidade da vida social sob a ordem do Capital. Atualmente, as principais temáticas de estudo do Serviço Social estão sistematizadas pelos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o qual podemos designá-los como eixos balizares que envolvem o debate sobre a formação e o trabalho profissional.

Em 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), foi criado o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.”, materializando um salto teórico e político no interior da profissão, que passou a concentrar a sua análise em relação às questões que envolvem as existências das mulheres, das pessoas negras e da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais etc. (LGBTQIA+), na sociedade capitalista. Podemos afirmar que essa conquista é oriunda das demandas dos próprios sujeitos coletivos da sociedade que, por meio de diversos movimentos sociais, passam a reivindicar, historicamente, reconhecimento e direitos sociais, e do processo de maturação teórica e analítica fornecida pela pesquisa social crítica.

O Serviço Social, por estar em sintonia com os movimentos sociais é, então, diretamente impactado pelo próprio movimento histórico dos sujeitos coletivamente organizados. O que tem consonância com as nossas escolhas ético-políticas, afinal, temos como opção **“um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”** (Barroco, 2014, p. 129).

Soma-se a esse histórico de luta e compromisso, a publicação do último livro da Biblioteca Básica do Serviço Social “Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social” (Cisne; Santos, 2018) que aborda, de forma crítica, por meio da teoria marxista articulada ao feminismo materialista francófono, as contradições do sistema capitalista e a sua relação com o heteropatriarcado e o racismo. Essa obra, assim como muitas outras produzidas no Serviço Social, contribuem efetivamente para a compreensão das relações de exploração e

opressão no capitalismo que, em tempos extremos de concentração, acumulação e centralização das riquezas socialmente produzidas, refletem diretamente na desigualdade social e nas expressões da “questão social”. A consolidação de produções teóricas acerca dessas temáticas no Serviço Social, possibilita o contínuo diálogo entre a comunidade científica e os movimentos sociais, o que aponta para um campo profícuo de interlocução que contribui para a instrumentalidade do/a assistente social.

Entretanto, é comum localizarmos, em muitos desses estudos, a adesão às diversas perspectivas teórico-metodológicas inconciliáveis entre si, por serem de naturezas explicativas distintas, o que revela acentuada fragilidade metodológica. Muitas pesquisas manuseiam autores/as e seus fundamentos teórico-metodológicos sem o devido rigor científico, o que necessita ser analisado com atenção pelo Serviço Social, pois, talvez, nesta questão resida um atual problema originado na formação profissional acadêmica (Oliveira; Santos, 2020). Não nos esqueçamos que quem se equivoca na análise, erra na ação, devido à indissociabilidade entre teoria e prática. Defendemos a importância do pluralismo teórico¹, metodológico e político enquanto traço constitutivo da produção de conhecimento e da sociabilidade humana, mas reconhecemos os tropeços analíticos e políticos potencialmente elevados a partir do ecletismo científico, que não devem ser apreendidos como sinônimos (Coutinho, 1991; Souza, 2014).

Na tentativa de expressar as preocupações de cunho teórico-metodológico acima assinaladas, o presente artigo tem como objetivo apresentar o mapeamento das principais tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções científicas do Serviço Social sobre as relações sociais generificadas e racializadas da sociedade capitalista, por meio de uma pesquisa bibliográfica-exploratória, de caráter quali-quantitativo, que analisou os trabalhos científicos publicados em um dos principais veículos da comunicação científica do Serviço Social: a Revista *Temporalis*, editada pela ABEPSS. Todos os artigos analisados foram publicados entre 2010 (ano de criação do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades) e 2021. Foram, ao todo, 20 (vinte) números (do n. 20 ao n. 40) da *Temporalis*, que possuíam 297 (duzentos e noventa e sete) trabalhos publicados contendo 50 (cinquenta) artigos que dialogavam com o objeto desta pesquisa.

Fundamentada metodologicamente no método materialista histórico-dialético combinado ao ponto de vista feminista-marxista em desenvolvimento pela teoria unitária², esta pesquisa parte do pressuposto de que produção e reprodução social são dimensões de uma unidade dialeticamente indissociável, impactada de forma sistemática pela reconfiguração da sociabilidade capitalista. Defendemos que, por meio desta orientação analítica, que tem como primazia a totalidade social, conseguimos apreender melhor as

¹ É mister afirmar que o “[p]luralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência.” (Coutinho, 1991, p. 14).

² A teoria unitária ou Teoria da Reprodução Social (TRS) é uma perspectiva feminista-marxista em atual desenvolvimento. Historicamente contou com a contribuição de autoras como Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, Susan Ferguson, David McNally, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya.

determinações socio-históricas, econômicas, políticas e culturais que saturam o cotidiano das mulheres, da população negra e LGBTQIA+, operacionalizando a divisão sociotécnica do trabalho em suas expressões generificadas e racializadas do capitalismo. Essas determinações invariavelmente designam às mulheres, sobretudo negras, as piores condições de vida, ao passo em que são criadas condições que as colocam como força motriz de produção e reprodução da mercadoria central desta sociabilidade: a força de trabalho.

Por fim, informamos que este artigo está dividido em quatro momentos. Na introdução contextualizamos e justificamos as razões desta pesquisa, assim como as escolhas teóricas e metodológicas para o seu desenvolvimento. No segundo momento, realizaremos um breve resgate sobre o local do gênero, da “raça”, etnia e sexualidade no Serviço Social. Posteriormente, iremos explanar uma síntese do mapeamento das principais tendências teórico-metodológicas localizadas no processo investigativo e, por fim, apresentaremos uma totalização provisória com algumas sínteses desenvolvidas a partir desse processo investigativo.

O local do gênero, da “raça”, etnia e sexualidade no Serviço Social

Há um consenso na literatura de que o Serviço Social começou a mobilizar-se politicamente em torno das questões de gênero, sexualidade e de “raça” a partir da década de 1990 (Tiburtino, 2015; Souza, 2014; Inácio, 2013; Lisboa; Pinheiro, 2005; Teixeira, 1998). Esse processo é indissociável da construção do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), momento no qual a categoria profissional se posiciona publicamente em defesa da liberdade como valor ético central, em defesa intransigente dos direitos humanos e em respeito à diversidade humana. São princípios da luta pela universalização dos direitos e da justiça social, expressos desde o Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, em 1996. Essa década é marcada, portanto, pelo posicionamento explícito da profissão no enfrentamento a todos os tipos de opressões, discriminações e preconceitos.

A partir da intenção de ruptura (Netto, 2017), ocorrida sob determinadas condições históricas, por intermédio da ação político-profissional de um conjunto expressivo de assistentes sociais, o debate em torno do preconceito passou a ser fundamentado na concepção ética ontológica de diversidade humana. Esse processo é reflexo da superação do “marxismo positivista” althusseriano (Quiroga, 1989) que impedia a ultrapassagem do caráter messiânico da ação profissional. Tal fundamentação teórica falseava o método marxiano, a partir de uma dinâmica mecânica e simplista em que os determinantes econômicos explicavam a totalidade da vida social, na ausência de mediações socio-históricas que desvelassem as contradições das relações sociais burguesas. Um marxismo positivista-estruturalista, e não dialético. Superada essa condição, o Projeto Ético Político profissional começou a se consolidar a partir da década de 1980.

Assumimos que as fundamentações teóricas marxistas alcançadas por meio de Antonio Gramsci e, posteriormente, por György Lukács possibilitaram melhor a apreensão filosófica ontológica sobre o preconceito, compreendendo-o como resultado das relações sociais

que produzem e reproduzem desvalores, incorporados acriticamente no cotidiano. Essa conquista permitiu que a profissão adensasse a reflexão crítica que envolve a situação das mulheres, dos negros e da população LGBTQIA+, o que resultou num posicionamento crítico, por meio do Código de Ética de 1993.

Entretanto, a profissão não incorporou os estudos feministas e raciais como referências balizares da formação profissional, o que ainda se encontra em curso, atualmente. É inquestionável a postura ética-política que o Serviço Social passou a assumir por meio do PEPSS, na década de 1990, mas não houve um compromisso teórico-metodológico à altura que fundamentasse melhor a compreensão das particularidades que envolvem as relações racializadas e generificadas do capitalismo periférico e dependente brasileiro. Mesmo as décadas de 1980 e 1990 sendo o momento em que se constituem diversos grupos de estudos feministas, raciais e sobre sexualidade, no Brasil, por meio de Programas de Pós-Graduação, sobretudo nas Ciências Sociais. As formulações acerca do gênero são ainda anteriores: começaram a ser elaboradas em 1970, com ampla absorção no Brasil na década de 1990 (Piscitelli, 2009).

Portanto, cabe a nós a indagação: **por que houve resistência, no interior da categoria profissional, à incorporação dos estudos feministas, raciais e sobre sexualidade em sua dimensão teórico-metodológica?** Acreditamos que essa resistência está calcada nas interpretações economicistas da teoria marxista que designou a centralidade da classe, desconsiderando outras dimensões constitutivas da totalidade social, materialmente relacionadas ao capitalismo. Por mais que o Serviço Social estivesse atento à luta contra todas as formas de discriminação e preconceito, internamente criou uma blindagem teórico-metodológica, inclusive contrária à defesa do pluralismo. Esses equívocos interpretativos não estiveram apenas circunscritos ao Serviço Social, mas fizeram parte de uma geração de intelectuais e ativistas de esquerda, no Brasil.

Para essa esquerda, tanto a luta feminista como as lutas antirracista e da comunidade LGBTQIA+ eram designadas como questões “meramente culturais”, que seriam solucionadas após a constituição de uma nova sociedade. Dessa forma, essas dimensões “subjetivistas” não deveriam fazer parte do marxismo, tampouco da luta de classes. Esse abstruso argumento teve consequências políticas profundas, sobretudo, com o advento da pós-modernidade, após o fim do “socialismo real” (Fraser, 2006), momento no qual as lutas por reconhecimento ganharam centralidade, em detrimento da luta de classes. Esse cenário complexificou as determinações, dificultando tanto a constituição de um marxismo não domesticável (Tible, 2018), como das lutas feministas, antirracistas e LGBTQIA+ capazes de se apropriarem da teoria revolucionária marxista como instrumento teórico-político.

Como síntese conclusiva, podemos afirmar que desde a década de 1990, configura-se um esforço no Serviço Social de desenvolver de forma mais intensa as **dimensões ético-política e técnico-operativa** em torno das questões raciais, de gênero e sexualidade — por meio das campanhas e resoluções lançadas historicamente no interior da profissão, associadas, sobretudo, ao exercício profissional. Entretanto, há um menor desenvolvimento da dimensão **teórico-metodológica**, que ainda é percebida por nós como uma dimensão

bastante marginal na formação profissional. Compreendemos as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica de maneira indissociável. Afinal, na prática a teoria não é outra (Santos, 2013) e, por isso, no exercício profissional e na formação profissional há a indissociabilidade das dimensões supracitadas. Isso faz com que essa questão se torne ainda mais grave, pois a ausência de uma fundamentação teórica-metodológica que apreenda com coerência científica e metodológica os determinantes das relações sociais capitalistas generificadas e racializadas pode impelir prejuízos na instrumentalidade do/a assistente social. Logo, consideramos que na processualidade histórica da profissão avançamos bastante em torno das temáticas da “raça”, do gênero e da sexualidade, nas últimas décadas, mas ainda não o suficiente.

O Serviço Social e a produção de conhecimento, na *Temporalis* (2010–2021), sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo

Para a organização e análise dos dados, sistematizamos um desenho quantitativo no que se refere à categorização dos artigos analisados em suas temáticas “guarda-chuvas”. Concomitantemente, realizamos o estudo qualitativo por meio de uma análise que buscou captar as tendências e as contradições metodológicas presentes na produção de conhecimento do Serviço Social em relação à classe, à “raça”, à etnia, ao gênero e à sexualidade, a partir da delimitação do periódico *Temporalis*, que possui publicação semestral, tendo sido analisado o período entre os anos de 2010 e 2021. Todos os cinquenta (50) artigos referentes às mulheres, ao gênero e ao feminismo; “raça”/etnia e luta antirracista e; sexualidade, diversidade sexual e luta LGBTQIA+ representam 16,83% da totalidade dos artigos publicados (297).

Tabela 1 - Proporção de artigos por temática na Revista *Temporalis* entre os anos de 2010 e 2021

Temáticas	Quantidade de artigos	Porcentagem	Total de artigos
Mulheres, gênero e feminismo	32	10,77%	
Raça/etnia e luta antirracista	11	3,70%	
Sexualidade, diversidade sexual e luta LGBT+	7	2,35%	
Total de artigos	50	16,82%	297 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Durante mais de dez anos de publicações, apenas a partir de 2014, é que a revista passou a publicar, pelo menos, dois artigos por ano sobre gênero, “raça”/etnia e sexualidade³. As edições entre 2010 e 2013 são bem escassas nesse quesito. Em 2010 e 2012, foi publicado apenas um artigo a cada ano e, em 2011, publicados dois artigos, todos categorizados na

³ Exceto em três números: v. 16 n. 31 e n.32 (2016): *Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho*, em que o n.31 tem um artigo e o n.32 nenhum artigo sobre essas temáticas, e o v. 18 n. 35 (2018): *A construção de um projeto classista de educação e os desafios para o Serviço Social*, contendo apenas um artigo.

temática Mulheres, gênero e feminismo, sendo que, no ano de 2013, não foi publicado nenhum artigo (em nenhuma das duas edições) sobre as temáticas supracitadas.

Esse dado, em nossa interpretação, manifesta como o Serviço Social passou a produzir conhecimento de forma mais expressiva sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo muito recentemente. Designamos o ano de 2014 como o “ano da virada”, materializada pela publicação de duas edições (n. 27 e n. 28, v. 14) intituladas Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Os primeiros artigos sobre “raça”/etnia e sexualidade só foram publicados nestas edições, organizadas pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração⁴, Sexualidades, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Objetivamos identificar o método de análise dos artigos publicados para além da metodologia utilizada, visto que concordamos com a importância da designação de um método analítico em qualquer pesquisa, seja ela marxista ou não. O método materialista histórico-dialético deve tornar-se presente nos objetivos do estudo, entretanto, “não raras vezes, em que pese a opção do pesquisador por esse paradigma, se limitam a conhecer, desvendar, identificar.

Entendemos que estes não são objetivos suficientes” (Prates, 2012, p. 127). Afinal, apenas conhecer não é o bastante, dada a importância do para quem conhecer. Essa questão se apresentou como um campo que necessita de maior aprofundamento analítico, assim como um campo temático de pesquisa que precisa ser desenvolvido no Serviço Social, pois encontramos muitos artigos filiados ao método dialético assumido como sinônimo do materialismo histórico-dialético que, no decorrer da análise, imputavam uma noção parcial e fragmentada da realidade, com seus inúmeros “recortes” de “raça”/etnia, gênero, idade, nacionalidade etc.

Isso talvez revele a ausência da noção de totalidade enquanto ferramenta heurística teórico-metodológica. E, por outro lado, encontramos muitos artigos que sequer designavam um método analítico, apreendendo o método e os procedimentos metodológicos como sinônimos. Isso possivelmente é reflexo do influxo pós-moderno, que é antimétodo (Cantalice, 2013)⁵ por natureza, ou de outras questões que precisam ainda ser reveladas.

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, podemos constatar que há maior expressividade de produções sobre **mulheres, gênero e feminismo (64%)**, seguido dos

⁴ Posteriormente, em 2016, “geração” passa a não mais constituir este GTP. No ENPESS, realizado de 4 a 9 de dezembro de 2016, em Ribeirão Preto (SP), criou-se o Grupo Temático Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

⁵ De acordo com Luciana Cantalice (2013), o pós-modernismo é antirrazão, antitotalidade, anti-história, antiontologia, antimétodo e antimarxista. Em seu trabalho, em que a autora analisou teses de doutorado defendidas entre os anos 2001 e 2005 em Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, é possível verificar que as inflexões pós-modernas, nessas produções, se concentram no debate acerca do feminismo e do gênero, do trabalho e da comunicação e das redes digitais.

estudos étnico/raciais (22%) e, por último, sobre **sexualidade e diversidade sexual (14%)**. Os estudos sobre a população indígena, embora façam parte da produção sobre “raça”/etnia, são menos expressivos (apenas 3, o que representa 6%).

Os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo mobilizam mais a análise acerca da divisão sexual do trabalho, fundamentados de forma predominante nas produções de Heleieth Saffioti, Helena Hirata e Danièle Kergoat. As três são referenciadas pela primeira vez em um artigo publicado em 2011. De forma geral, nos artigos sobre mulheres, gênero e feminismo quase não há referenciais que contemplem a questão racial, expressando uma “desracialização” do gênero e da classe. Embora a dimensão racial apareça como parte da totalidade social, não há, geralmente, uma integração que fundamente as relações sociais racializadas. Em suma, os artigos citam a questão racial, mas não desenvolvem mediações socio-históricas.

Por outro lado, os estudos raciais mobilizam os conceitos e categorias em torno das relações sociais capitalistas e racializadas e tendem a resgatar pensadores/as negros/as importantes, como Clóvis Moura, Abdias Nascimento e Silvio Almeida, mas também não tecem muitas considerações sobre o gênero. Portanto, em ambos os casos, mesmo que haja a tentativa de analisar a totalidade como complexo social que engendra as relações sociais generificadas e racializadas, no momento da análise há “um recorte” ou fragmentação dessa realidade, o que, na nossa concepção, impossibilita apreender as contradições mais viscerais entre classe, gênero e “raça”.

E, por último, os estudos sobre sexualidade e diversidade sexual dialogam de forma predominante com produções pós-estruturalistas e pós-modernas, apresentando-se como uma tendência eclética prevacente, por mais que se autointitulem teoricamente dentro do campo marxista. Assim, há um nível mais profundo de ecletismo, quando comparados aos artigos das outras temáticas e acabam constituindo-se como um campo de produção que destoa em relação aos outros dois⁶.

A síntese conclusiva sobre a análise dos 50 (cinquenta) artigos aponta que os artigos se situam em três principais tendências (à exceção da tendência indefinida que contém apenas 02 (dois) artigos): a) Tendência crítica de cariz marxista, com 33 (trinta e três) artigos (66%); b) Tendência formal-descritiva, com 10 (dez) artigos (20%); e c) Tendência crítica-eclética-pós-moderna, com 05 (cinco) artigos (10%).

Tendência crítica de cariz marxista

Na primeira tendência — crítica de cariz marxista —, majoritária nos artigos analisados, localizamos diversas formas de mobilizar o método e a teoria marxista. Algumas dessas pesquisas se apoiam no **feminismo interseccional**, outras no **feminismo materialista francófono** e outras no **feminismo socialista**. As três perspectivas apresentam posturas teórico-político-metodológicas, contextualizadas nos desenvolvimentos históricos e

⁶ Para uma análise mais profunda, recomendamos a leitura de Tese de Doutorado "Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária" (OLIVEIRA, 2021)

territoriais de suas emergências. Portanto, contribuem na análise das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, cada uma à sua maneira.

O feminismo interseccional ganhou adensamento a partir dos estudos Kimberlé Crenshaw, em 1989, que, ao defender o uso do conceito interseccionalidade, instaurou uma inovação ao redimensionar a realidade das mulheres negras no sistema de justiça norte-americano, após um processo instaurado contra a multinacional *General Motors* por discriminação racial e de gênero. Nesse sentido, a concepção de interseccionalidade se tornou um importante instrumento político e judicial na luta contra as injustiças que as mulheres negras são sistematicamente vítimas. Entretanto, sabemos que a noção de interseccionalidade de “opressões e explorações” ou de imbricação entre gênero, raça e classe já era desenvolvida por diversas autoras antes de Crenshaw, como a própria Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1982; 1983) e Heleieth Saffioti (2009), na tentativa de apreender a complexidade que envolve classe, raça e sexo/gênero, no capitalismo.

Essas autoras, por outro lado, aprofundaram mais a reflexão crítica em torno das relações sociais racializadas e generificadas do capitalismo, regidas por leis de acumulação e geração incessante de valor. Dessa forma, a interseccionalidade, embora tenha aberto um campo novo de reflexões nos mecanismos jurídicos, é carente de fundamentação teórica. Nesse sentido, em crítica à sociedade capitalista constitutivamente racista, o feminismo negro contribui mais do que o feminismo interseccional. Ainda que esses dois tipos de feminismos sejam compreendidos muitas vezes como sinônimos, destacamos que o feminismo negro é anterior ao feminismo interseccional e mobiliza com bastante centralidade a luta de classes, como é o caso das produções de Lélia Gonzalez e Angela Davis, enquanto o feminismo interseccional surge mais contemporaneamente como contraste ao “feminismo branco” reivindicando “a diversidade na universalidade” e o reconhecimento do privilégio branco nas relações interpessoais (que deve ser reconhecido, mas a luta não pode encerrar aí!). Nessa perspectiva, defendemos que o feminismo interseccional centra sua luta mais no interior das correntes feministas do que propriamente contra a sociedade capitalista, portando-se, inclusive, de forma reformista em muitos casos⁷. No entanto, existem disputas sobre o significado político-social da interseccionalidade, mesmo que nas últimas décadas tenhamos acompanhado o esvaziamento político de sua possível radicalidade.

Em relação ao feminismo materialista francófono, não teremos condição de aprofundar como desejaríamos as críticas neste artigo, mas listaremos alguns pontos considerados mais importantes. Compreendemos a relevância teórica e política dessa perspectiva

⁷ De acordo com Rhaysa Ruas Fonseca (2019, p. 177, grifo nosso): “[a]o mesmo tempo, na medida em que a interseccionalidade aborda as relações de opressão como diferentes sistemas, como eixos que tornam os trabalhadores mais vulneráveis à exploração capitalista e à violência, **ela coloca o sistema de poder capitalista como um sistema paralelo a outros sistemas autônomos de raça, gênero, idade, status de cidadania (e muitos outros)**. Nesse caso, **a condição econômica é tomada como separada da política**, destacando o capitalismo de sua essência — que é a de um sistema de expropriação e poder concentrados —, voltando, assim, a **reproduzir uma estrutura do pensamento liberal**. **Tal perspectiva afasta a interseccionalidade da noção de totalidade social marxiana, e também, do pensamento de Davis (2016 [1981])**”.

feminista, mas reconhecemos os seus limites teórico-metodológicos, sobretudo, no atual momento de desenvolvimento capitalista, em sua fase monopolista de financeirização aguda, na qual as relações capitalistas forjam intensamente as relações sociais generificadas e racializadas, a partir do processo incessante de produção de valor, superexplorando o trabalho de um contingente especial da classe trabalhadora (mulheres, negros/as, migrantes e LGBTQIA+), ao passo que intensificam formas de opressão, dominação e alienação.

Apresentamos, portanto, os principais pontos críticos em relação ao feminismo materialista francófono: i) algumas francófonas (Delphy; 2015; Guillaumin, 2015) defendem a existência simultânea de dois modos de produção: o doméstico (patriarcal) e o modo de produção capitalista, o que geraria “classes sexuais” de homens e mulheres, no entanto, suas teorizações falham em desenvolver a maneira em que as “classes sexuais” se relacionam com as classes sociais (Arruzza, 2015); ii) o materialismo do feminismo francófono está alicerçado na antropologia estruturalista de Claude Lévi-Strauss — responsável por uma teorização importante, em relação ao tabu do incesto e a troca de mulheres em sociedades originárias —, o que impede o desenvolvimento teórico a partir da ontologia materialista marxista⁸, pois partem de premissas teóricas contrastantes; iii) esse feminismo defende que “o sistema patriarcal” é um sistema autônomo e independente ao capitalismo, por ser anterior à existência das classes sociais; iv) e, por fim, essa perspectiva teórica nega a dimensão biológica (orgânica) das relações sociais, o que fere a primazia ontológica da totalidade em sua relação inorgânico-orgânico-social (Oliveira, 2021).

Por fim, o feminismo socialista é apreendido aqui neste trabalho como sinônimo do feminismo-marxista que, didaticamente, pode ser considerado como um movimento político-teórico de associar as teorias feministas à teoria-método marxista. Isso ocorreu de forma diversa, em vários momentos históricos e com diversos sujeitos políticos envolvidos, e seria injusto considerar esse movimento como homogêneo. Podemos, inclusive, afirmar que a Teoria da Reprodução Social (TRS) ou Teoria Unitária é o fruto mais recente desse movimento, ajudando elaborar a análise da totalidade social que envolve a unidade produção de mercadorias e reprodução biológica, geracional, física, mental e social da força de trabalho (unidade produção-reprodução). Esses diversos feminismos marxistas, surgem, principalmente, como reflexo do debate sobre trabalho doméstico, na década de 1960. Ampliando o debate em torno das análises relacionadas ao trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, assim como as táticas e estratégias políticas de revolução social.

Como a ortodoxia marxista está no método — e o método não deve ser apartado da teoria —, os artigos analisados nesse bloco, recorrem a uma abordagem que se aproxima da conciliação entre as supracitadas perspectivas feministas (que podem ser não marxistas, como o feminismo interseccional e o feminismo materialista) com o marxismo, ao passo que se manifesta a ultrapassagem das mesmas, a partir de uma crítica mais radical ao

⁸ Gayle Rubin, em “O tráfico de mulheres. Notas sobre a “Economia Política” do sexo” (1993), desenvolve um interessante diálogo crítico com a antropologia de Lévi-Strauss e a psicanálise Sigmund Freud.

capitalismo. Na diversidade desses feminismos, concordamos que essas perspectivas contribuem para a construção de um projeto de sociedade pautado na emancipação humana (Cisne, 2020), resultando numa luta política importante e isso implica, necessariamente, na superação de todas as formas de opressão, exploração e alienação.

Entretanto, identificamos muitos “tropeços” analíticos que, invariavelmente, revelam limites práticos, devido à proeminente unidade entre teoria e prática. Essa questão nos alerta para a necessidade de um cuidado mais rigoroso em torno das dimensões teórico-metodológicas que embasam as nossas referências bibliográficas, afinal, podemos estar inconscientemente (ou de forma despreziosa) empenhando esforços em conciliar perspectivas e autores/as que são antagônicos/as, como bem pontua Coutinho (1991, p. 13): “não se pode conciliar pontos de vista inconciliáveis em nome do pluralismo, a não ser ecleticamente”. Esse descuido epistemológico é resultado de uma prática quase que indiscriminada em torno do uso de autores/as e as suas diversas vertentes metodológicas, como já foi apontado por Paulo Netto (2019) em sua tese sobre o sincretismo.

Tendência formal-descritiva

Na segunda tendência — formal-descritiva —, há o desenvolvimento analítico descritivo e formal que se aproxima da abordagem da Sociologia Compreensiva e da Fenomenologia, embora os estudos não designem estes métodos como orientação analítica. No momento de análise a descrição prevalece, em contraposição a uma análise explicativa. Há grande apoio às fundamentações “discursivas” e “narrativas”, aos “olhares” e “simbologias”. Por se tratar de uma tendência que representa 20% da totalidade dos artigos analisados (10 artigos, no total), nos gerou uma preocupação teórico-metodológica em relação à ausência de uma consistência e aprofundamento analítico mais rigoroso que apreenda com radicalidade as contradições inexoráveis do sistema capitalista. Esses artigos tendem a uma análise mais reformista e menos crítica, aproximando-se de autores conformados nos paradigmas modernos, mas com grande clivagem conservadora, tais como Georg Simmel, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Hannah Arendt, dentre outros.

Essa tendência apresenta-se como uma descoberta de importante reflexão na produção de conhecimento do Serviço Social, pois, embora não possua hegemonia, é bem expressiva. Esses traços fenomenológicos e da sociologia compreensiva que foram adensados no Serviço Social ao longo da década de 1970, em que o Seminário de Teorização de Sumaré (1978) é a expressão mais cardial, ainda hoje é uma maneira analítica conservadora presente na profissão. Nessa tendência, prevalece o real como descrito e não como explicado ou analisado em sua essência. Assim, faz-se necessário aprofundarmos, cada vez mais, a crítica ao conservadorismo que, embora não se apresente enquanto teoria, constitui diversas perspectivas teóricas e seus respectivos métodos que são inconciliáveis com o marxismo.

Tendência crítica-eclética-pós-moderna

Nos artigos analisados e sistematizados nesta abordagem, localizamos não apenas o “descuido metodológico” (Demo, 2002), mas também o debate desatento e, por vezes,

indiscriminado com diversas perspectivas teórico-metodológicas que são divergentes não apenas no método, mas também no conteúdo político⁹. Houve o predomínio nos artigos desse bloco de teorias e estudos diversos da pós-modernidade, mantendo uma criticidade aos “dispositivos” ou “performances” de gênero. Encontramos a prevalência do ecletismo teórico, a partir da utilização indiscriminada de métodos e teorias conservadoras e marxistas, na ausência de uma fundamentação teórico-metodológica que situe cada pensamento, método, teoria e autor/a.

Os estudos que envolvem temáticas sobre a sexualidade estão mais próximos dessa abordagem crítica-eclética-pós-moderna, embora haja outras temáticas nesta tendência. Os artigos analisados sobre sexualidade, diversidade sexual e luta LGBTQIA+ ampliam o diálogo em torno de campos multidisciplinares, sobretudo, com o pós-estruturalismo, por intermédio de Michel Foucault, e com a pós-modernidade, por meio de Judith Butler. O que é compreensivo, pois esses autores consolidaram uma nova fase de aportes teórico-metodológicos que envolvem os estudos sobre sexualidade no capitalismo. Michel Foucault por meio da dos três volumes da “História da Sexualidade” e Judith Butler com a obra “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade”, publicada em 1990, contribuindo no debate sobre a Teoria Queer.

A Teoria Queer, emerge de maneira multissituada, entre as décadas de 1980 e 1990, num contexto de epidemia da AIDS, em que havia a forte marginalização de pessoas LGBTQIA+, diante da ofensa neoliberal e da inflexão neoconservadora. O *queer* rebela-se a partir da sua condição abjeta, anormal e desviante questionando o essencialismo dos sexos que designa o gênero como “norma”, com o objetivo de desestabilizar e desconstruir a heteronormatividade. Assim, o “movimento queer” surge como resposta ao contexto histórico e a alguns estudos feministas da “segunda onda” que essencializavam, em certa medida, a noção de sexo. Embora seja um movimento cultural e intelectual amplo, contando com várias obras e autoras/es, como David M. Halperin, Eve Kosofsky Sedgwick, além de autoras como Gayle Rubin e Adrienne Rich, Judith Butler é uma das mais reconhecidas e, talvez, a mais lida nessa perspectiva.

Entretanto, esta autora é fundamentada metodologicamente em diversas perspectivas, das quais o idealismo hegeliano, o pós-estruturalismo (de Michel Foucault, Derrida e Deleuze), a psicanálise¹⁰ (Freud e Lacan) e as teorias feministas (Simone de Beauvoir e Gayle Rubin) são as principais, imprimindo um “método” próprio de análise. Há momentos em que Judith Butler, em sua construção teórica, metamorfoseia o sujeito corporificado numa ficção discursiva imaterial ao ponto de negar a própria existência do sujeito, o que implica na necessidade de maior nível de abstração e vigilância epistemológica, ao realizar

⁹ Como defendido por Yasbek (2018, p. 51), “a necessária abertura para o diferente não pode significar a aceitação de qualquer coisa, sendo eclética aquela posição que não segue sistema algum, buscando elementos em diversas teorias, escolhendo de cada uma a parte que parece mais próxima do que se pretende defender”.

¹⁰ “Com a psicanálise, a teoria queer pode estender sua área de preocupações para todas as formas de comportamento sexual, não para esclarecê-los ou criminalizá-los, não para “proteger a sociedade” ou fazer uma manutenção da sociabilidade humana, mas para entender as possibilidades que existem nelas.” (Lauretis, 2019, p. 401).

um diálogo acadêmico a partir do materialismo histórico-dialético, no campo do pluralismo teórico. Butler não é uma autora que está muito interessada em fornecer respostas. Sua escrita, por se tratar de uma filósofa ancorada na dialética, tem mais perguntas do que explicações. É mais de seu interesse captar as normas (por meio de suas incontestáveis negações — tese/antítese), mediante os discursos proferidos ou “materializados” nas performances, do que fornecer explicações históricas e concretas sobre a realidade das pessoas LGBTQIA+, assim como saídas revolucionárias de destruição dessa norma que não sejam meramente simbólicas.

No caso de Michel Foucault, o consideramos um autor que ajuda a compreender melhor os processos de disciplinamento e docilização dos sujeitos, sobretudo em presídios ou instituições totais (Goffman, 1974), que fazem parte do projeto capitalista, a partir da Revolução Industrial. Porém, o autor não alcança as grandes determinações contraditórias do modo de produção capitalista. Tampouco é seu interesse. Por se tratar de um pós-estruturalista, está mais interessado em captar as vísceras contidas nas microestruturas do que de fato articular o que convenhamos a nomear de universalidade, particularidade e singularidade na totalidade. Foucault não persegue a essência dos fenômenos, pois está mais dedicado à dimensão expressa pela dominação e pelo poder, por meio da micropolítica e da biopolítica, revelada pelos próprios sujeitos em suas relações interpessoais. É um autor que se aproximou demasiadamente do estruturalismo de Lévi-Strauss, mas o superou, ao imprimir um foco analítico pós-estruturalista — mesmo que nunca tenha compreendido a si mesmo como um autor pós-estruturalista. Foucault contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas e metodologias discursivas presentes na pós-modernidade.

Ainda que reconheçamos os limites teóricos e categóricos tanto de Butler, como de Foucault, não podemos negar as suas contribuições, assim como de outros/as, em relação à sexualidade humana, o que acaba demandando do pesquisador/a ainda mais vigilância epistemológica, para que não se reproduza um ecletismo em que “tudo está correto, e tudo bem!”. Em suma, apesar de Butler ser hegeliana, ela não ultrapassa sua dialética idealista e, apesar de Foucault ser historiador e filósofo, ele não alcança as contradições mais determinantes da totalidade social capitalista.

O fato de as pesquisas em Serviço Social sobre sexualidade buscarem fundamentações nesses autores e concordarem, na maioria das vezes, com suas conclusões sem uma crítica mais contundente, é uma questão que merece reflexão. Muitas vezes, nessas análises, não há a associação do patriarcado, no caso, o cisheteropatriarcado (Oliveira, 2021), como uma das determinações da condição da população LGBTQIA+, sendo que o desenvolvimento analítico se restringe ao âmbito “das normas” e “do poder”, o que impede uma associação mais densa à materialidade das relações sociais.

Considerações finais

Embora o Serviço Social não se constitua como ciência, é uma área de conhecimento que contribui ativamente para a consolidação de pesquisas críticas-científicas, sobretudo marxistas, ampliando a interlocução teórica-política com os movimentos sociais, tanto no

Brasil como na América Latina. Intervêm ativamente na cultura crítica, lançando saltos teóricos, analíticos e comprometidos politicamente em torno de questões cruciais, como as relacionadas ao Estado, às políticas sociais, ao fundo público, à economia política, aos movimentos sociais, dentre outras. De tal modo, o Serviço Social tem se portado como um dos protagonistas nos estudos e pesquisas sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, numa perspectiva crítica, por mais que o envolvimento com essas temáticas se constitua tardiamente.

Os dados analisados permitem afirmar que, a partir da segunda década dos anos 2000, são mais expressivos os esforços do Serviço Social em desenvolver a dimensão teórico-metodológica em torno da articulação entre classe, gênero, “raça”, etnia e sexualidade, embora isso se dê ainda na ausência de consenso em relação aos fundamentos teórico-metodológicos, apesar da real proximidade com a teoria marxista.

Nesse sentido, é notório a insuficiente apropriação da produção categórica que permita alcançar mediações analíticas capazes de desvelar as relações sociais generificadas e racializadas, a partir da totalidade social, sob as determinações da lógica de produção de valor. Defendemos que, se quisermos manter o aprimoramento intelectual e comprometido, é necessário o movimento crítico e autocrítico¹¹ que envolve a produção de conhecimento e, nesse sentido, faz-se necessário questionar padrões teórico-metodológicos em desenvolvimento. Para que assim possamos avançar com mais sintonia, critério metodológico e fundamentação marxiana, mas sem prescindir do pluralismo.

No que concerne ao enfrentamento às inflexões pós-modernas (e isso serve também no enfrentamento à tendência descritiva-formal), acreditamos que diante do estudo às perspectivas diversas e, até mesmo, conservadoras, precisamos nos lançar no debate. Não defendemos que o caminho seja impedir o diálogo com os estudos pós-modernos (criar uma blindagem), pelo contrário, precisamos garantir consistência teórico-metodológica marxista fomentando a crítica e autopercepção dos/as estudantes e pesquisadores/as ao ponto de potencializar a estranheza aos estudos pós-modernos de forma autônoma. Existe muita produção crítica, mas de raiz reformista no pós-modernismo, cabe a nós o diálogo. Só podemos superar a pós-modernidade (e as fundamentações fenomenológicas) dialogando com os seus limites e concepções, por meio da interlocução pluralista e comprometida politicamente.

¹¹ Concordamos com Pedro Demo (2002, p. 359) nesse sentido: “Quem não pára para pensar e repensar sobre como faz ciência, certamente não faz ciência, em duplo sentido: ou não faz ciência, porque não sabe tratar o método; ou não faz ciência, porque o mistifica, sobretudo no plano positivista. Por “qualidade metodológica” podemos entender o cuidado investido na reflexão e na prática do conhecimento, tanto no sentido pessoal (como cada qual se ajeita frente ao desafio epistemológico), quanto no sentido intersubjetivo (como a “comunidade científica” discute e questiona o conhecimento científico). Estando a coerência da crítica na autocrítica — sobretudo para superar a contradição performativa — é fundamental construir postura ao mesmo tempo crítica e autocrítica [...]”

Referências

- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33–58, 2015.
- BARROCO, Maria Lucia Silva; HELENA, Terra Sylvia. **Código de ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira et al. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- CISNE, M.; SANTOS, S. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8).
- CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: Ortodoxia no método e teoria em movimento. In: **Teoria e Política Feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil**. (org.) MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: A produção do conhecimento e o Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 5, 1991.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, v. 17, p. 349–373, 2002.
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 99–119, 2015.
- FONSECA, Rhaysa Ruas Sampaio. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, (São Paulo, 1991), v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos [Asylums]**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-106.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 2, Brasília, ANPOCS, p. 223–244, 1983.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2015.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre marxismo e feminismo. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

LAURETIS, Teresa de. Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

LISBOA, T. K. PINHEIRO, E. A. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199–210, jul./dez. 2005.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, v. 16, p. 17–27, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cidade de publicação: Cortez editora, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

OLIVEIRA, Rayane Noronha; SANTOS, Tássia Monte. A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 63–71, 2020.

OLIVEIRA, Rayane. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça**: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116–128, 2012.

QUIROGA, Consuelo. **Uma invasão às ocultas**: Reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. 1989. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. **Notas sobre a “Economia Política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

- SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, p. 13–19, 2009.
- SANTOS, Cláudia Mônica Dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero, marxismo e serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 13–31, 2014.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 531–559, 2014.
- TEIXEIRA, M. Serviço Social Gênero e violência. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL: la globalización y su impacto en el trabajo social hacia el siglo XXI, 16., 1998. Santiago. **Seminário Virtual – Ponências**, Costa Rica, v. 1, p. 1-16, 1998.
- TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. São Paulo: Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.
- TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. Relações de gênero e processos de trabalho no Serviço Social. **Temporalis**, v. 15, n. 29, p. 247–264, 2015.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda *et al.* (org.) **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018

Submetido em: 13/03/2023

Aceito em: 23/10/2023